

Controladoria-Geral da União
Parceria para Governo Aberto – OGP

RELATÓRIO DE STATUS DE EXECUÇÃO (RSE)
TEMA: TRANSPARÊNCIA DE IMÓVEIS PÚBLICOS FEDERAIS

RESUMO DO COMPROMISSO

DATA DO RELATÓRIO	COMPROMISSO	PREPARADO POR
12 de dezembro de 2022	Compromisso 6 - Disponibilizar online novas informações referentes aos imóveis públicos federais, qualificar as já existentes – incluindo a situação da sua destinação - e oferecer dados em formatos úteis para o reuso pela sociedade.	Cárita da Silva Sampaio

ÓRGÃO RESPONSÁVEL E ENTIDADES PARTICIPANTES

Órgão coordenador	MINISTÉRIO DA ECONOMIA	
Atores Envolvidos	Governo	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Economia Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) Fundação Nacional do Índio (FUNAI)
	Sociedade Civil	<ul style="list-style-type: none"> Transparência Brasil Imazon

VISÃO GERAL DO MARCO / PRAZOS

MARCOS	% CONCLUSÃO	DATA DE INÍCIO	DATA DE FIM	RESPONSÁVEIS	DETALHAMENTO (detalhar o que foi realizado e, se necessário, apresentar justificativa para atrasos, com descrição dos próximos passos)	INDICADORES DE CONCLUSÃO (links de comprovação das entregas)
Marco 1 - Publicação periódica de dados e informações aprimoradas sobre destinação e alienação de imóveis públicos federais (em processo ou concluída)	50%	Prevista: Dezembro de 2021 Realizada: Abril de 2022	Prevista: Agosto de 2022 Realizada: Não realizada totalmente	Ministério da Economia, CGU, INCRA e FUNAI	A SPU continuou aprimorando as ferramentas e canais de comunicação com a sociedade no projeto de transformação digital em curso mantendo atualizados dados abertos em sua página institucional. No entanto, este marco não teve	https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/transparencia/dados-abertos

					avanço na interlocução com os órgãos federais envolvidos neste compromisso (FUNAI e INCRA) detentores das maiores áreas/imóveis da União nas bases de dados da SPU.	
Marco 2 – Assinatura de acordo de cooperação técnica entre SPU e INCRA para ações de georreferenciamento de imóveis, fiscalização e integração de dados de imóveis públicos federais	20%	Prevista: Dezembro de 2021 Realizada: Janeiro de 2022	Prevista: Dezembro de 2022 Realizada: Não realizado totalmente	Ministério da Economia, INCRA	Foi enviado Ofício da SPU para o INCRA com minuta do ACT em 11/07/2022, mas não houve resposta do órgão. O ACT entre os órgãos não foi assinado, mas existe a minuta com escopo técnico preparada.	Sem indicadores
Marco 3 - Promoção da melhoria da base integrada de imóveis públicos federais, a partir do levantamento da atuação dos órgãos no fornecimento tempestivo de informações e dados	30%	Prevista: Dezembro de 2021 Realizada: Abril de 2022	Prevista: Junho de 2022 Realizada: Não realizado totalmente	Transparência Brasil e Ministério da Economia	Depois dos apontamentos feitos pela SPU para a Transparência Brasil em abril de 2022 não houve mais contato entre as instituições e este marco não avançou.	Fonte para acesso às bases de dados da SPU/ME: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/transparencia/dados-abertos
Marco 4 - Evento Nacional sobre governança de patrimônio público para gerar proposta técnica, com presença da sociedade e dos governos estaduais e municipais	0%	Prevista: Dezembro de 2021 Realizada: Não realizado	Prevista: Junho de 2022 Realizada: Não realizado	A definir	Sem definição de responsável, este marco não foi nem planejado entre as instituições envolvidas. Nota-se pouco engajamento de compartilhamento de ações para gestão de imóveis públicos federais entre as agências consideradas neste compromisso para governo aberto.	Sem indicadores

* Órgão/entidade responsável por coordenar a execução do marco

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS (descrever outras informações relevantes sobre a implementação do compromisso, como: os desafios enfrentados, intercorrências, estratégias para solucionar impasses, etc.).

Ao longo do projeto permaneceram as mesmas dificuldades diagnosticadas desde o início para implementação do compromisso que foram (i) indisponibilidade de agendas entre os atores governamentais e (ii) realização do marco 4 que ficou sem responsável para poder ser realizado. Com o INCRA, a SPU insistiu por e-mail e por Ofício a discussão da possibilidade do ACT. Com a FUNAI, foi impossível identificar interlocutores, mesmo com a ajuda da CGU, para tratar do compromisso. A SPU em meio a todas as frentes de transformação digital que teve forte engrenagem em 2022 não pôde avançar sozinha para a realização do compromisso, mesmo tendo como ponto central em seu negócio a transparência do uso dos imóveis públicos federais – seja da administração direta ou indireta.